



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
SUPERINTENDÊNCIA DA ESCOLA DE GOVERNO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 006/2022

INFORMAÇÕES DO EDITAL DE ABERTURA QUANTO ÀS DISCURSIVAS

- 12.1 A Prova Discursiva será realizada para o cargo de **Papiloscopista Policial da 3ª Classe**, juntamente à Prova Objetiva.
- 12.1.1 Somente será corrigida a Prova Discursiva do candidato que obtiver a pontuação estabelecida no subitem 9.4 e que estiver classificado na Prova Objetiva até o limite disposto na Tabela 12.1, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos em Edital.
- 12.2 A Prova Discursiva será composta por 01 (uma) questão de Conhecimentos Específicos para cada cargo, podendo ser questões teóricas e/ou estudo de caso, conforme Anexo II - dos Conteúdos Programáticos.
- 12.4 **A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório. O candidato deverá obter 16 (dezesesseis) pontos ou mais** do total da pontuação prevista para a Prova Discursiva, para não ser eliminado do concurso público.
- 12.3 A Prova Discursiva será avaliada considerando-se os aspectos presentes na Tabela 12.2:

TABELA 12.2

Aspectos:		Descrição:	Pontuação máxima
1	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria.	O candidato deve apresentar conhecimento teórico e prático a respeito do assunto/tema abordado pela questão, demonstrando domínio técnico e científico.	16
2	Atendimento ao tema proposto na questão.	A resposta elaborada deve ser concernente ao tema proposto pela questão discursiva. Assim, a cada critério não atendido em relação ao Aspecto 1 (Conhecimento técnico-científico sobre a matéria) a resposta receberá os respectivos descontos no Aspecto Atendimento ao tema.	06
3	Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão.	A argumentação apresentada pelo candidato deve ser pertinente e clara, capaz de convencer seu interlocutor a respeito do ponto de vista defendido, além de demonstrar senso crítico em relação ao questionamento abordado pela questão discursiva. Caso o candidato tenha obtido pontuação igual a 0 (zero) nos aspectos 1 e 2, o de nº 3 também será pontuado com nota 0 (zero).	05
4	Utilização adequada da Língua Portuguesa.	A resposta elaborada deve apresentar em sua estrutura textual: uso adequado da ortografia, pontuação, regência e concordância (requisitos gramaticais), constituição adequada dos parágrafos conforme o assunto abordado, respeito às margens e legibilidade. Caso o candidato tenha obtido pontuação igual a 0 (zero) nos aspectos 1 e 2, o de nº 4, "Utilização adequada da Língua Portuguesa", também será pontuado com nota 0 (zero).	05
TOTAL DE PONTOS PARA CADA QUESTÃO			32

- 12.5 A Folha da Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. O espaço para rascunho, no caderno de questões, é de preenchimento facultativo e não valera para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva.
- 12.6 O candidato disporá de, **no mínimo, 20 (vinte) linhas, e no máximo, 40 (quarenta) linhas** para elaborar a resposta da questão, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 40 (quarenta) linhas permitidas para a elaboração de seu texto.
- 12.6.1 A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.
- 12.7 O candidato não poderá manusear e consultar nenhum tipo de material, devendo atentar-se apenas para as informações contidas na Prova Discursiva para sua realização.
- 12.8 O candidato terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) em caso de:
- não atender ao Tema proposto e ao conteúdo avaliado;
 - manuscrever em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado neste Edital;
 - apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
 - redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
 - não apresentar a questão redigida na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
 - apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
- 12.8.1 Na Prova Discursiva, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos e máximos de linhas, previstos no subitem 12.6, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à prova.
- 12.9 A sigilidade e a impessoalidade da prova serão mantidas durante o processo de correção, resguardando do corretor (banca corretora) a identidade do candidato.
- 12.9.1 Para a correção da Prova Discursiva, a Folha da Versão Definitiva será digitalizada e a identificação do candidato omitida, para somente então ser disponibilizada para a correção através de um ambiente eletrônico.
- 12.9.2 Na Folha da Versão Definitiva da Prova Discursiva, constará no rodapé a seguinte informação ao candidato: "Para Correção, esta folha será digitalizada e a identificação do candidato será omitida".
- 12.10 Quanto ao resultado da Prova Discursiva, caberá interposição de recurso nos termos do item 20 do Edital.**

PAPILOSCOPISTA POLICIAL DA 3ª CLASSE

Em relação à distribuição dos pontos referentes aos itens **3. Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão** e **4. Utilização adequada da Língua Portuguesa**, esclarecemos que a avaliação seguirá o mesmo padrão (demonstrado na tabela a seguir).

3. Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão.	Argumentação excelente [3,50 a 5,0]; Mediana [1,80 a 3,40] e; Ruim [0,10 a 1,70].	5
4. Utilização adequada da Língua Portuguesa.	[-0,15] para cada erro gramatical (limitado a [-3,00]); portanto, se a resposta ultrapassar 20 erros gramaticais, não haverá mais descontos; Até [-0,60] para o desrespeito às margens; Até [-0,60] para a incorreta constituição de parágrafos, inclusive quanto à estruturação dos períodos no interior destes; Até [-0,80] para ilegibilidades.	5

Dafne mantinha com Apolo longo relacionamento amoroso, até que, em determinada data, Apolo se tornou agressivo e prometia constantemente causar mal injusto e grave a ela, além de lhe agredir fisicamente com tapas e chutes. Dafne então encerrou o relacionamento e requereu medidas protetivas deferidas pela autoridade judiciária, após intermediação da Delegacia da Mulher de Goiânia-GO. Uma semana após ser notificado a manter distância de Dafne, Apolo violou as restrições judiciais e foi ao encontro de Dafne, ocasião em que tornou a praticar os mesmos atos ofensivos. Diante da cena, os vizinhos acionaram a Polícia Militar, que intercedeu a tempo e prendeu Apolo em flagrante delito. Na Delegacia de Polícia, Apolo solicitou à autoridade policial que arbitrasse uma fiança, pois seu irmão quitaria o valor para lhe ajudar. A solicitação foi negada. Posteriormente, foi decretada prisão preventiva de Apolo, tendo durado cerca de 90 dias. Em liberdade, Apolo iniciou busca por vingança contra Dafne, quando a encontrou entrando em sua residência e lhe desferiu um golpe na cabeça. A vítima foi atendida por uma ambulância, mas foi a óbito nos dias que se seguiram em decorrência da lesão na cabeça. Apolo foi capturado por populares e depois apreendido novamente pela Polícia Militar. Na sede policial, a autoridade policial solicitou que Apolo exibisse seu documento de identificação civil, e Apolo mostrou uma carteira nacional de habilitação com nome divergente daquele presente nos bancos de dados policiais e de registro civil. Superada a fase de cadastro, a autoridade policial iniciou interrogatório, quando Apolo solicitou a assistência de um advogado. A autoridade policial, por sua vez, decidiu por continuar o interrogatório em razão da divergência de dados no documento apresentado.

Sobre tais fatos, responda:

1. considerando que Dafne foi agredida por razões de sua condição de gênero, aponte quais crimes foram cometidos contra ela;
2. na situação de prisão em flagrante, em virtude de descumprimento de medida protetiva anteriormente imposta, fundamente a respeito da possibilidade de arbitramento de fiança pela autoridade policial;
3. no caso, poderia ser realizada identificação criminal do agressor? Em caso afirmativo, quais métodos poderiam ser utilizados nos termos legais? Fundamente;
4. a continuação do interrogatório de Apolo executada pela autoridade policial pode configurar alguma infração penal? Fundamente.

R.: Apresentamos a seguir um exemplo de resposta que atende a todos os critérios demandados pelo enunciado. Dafne foi agredida pela sua condição de gênero, especialmente por ter relacionamento amoroso com o agressor. Apolo praticou crimes de ameaça, lesão corporal e feminicídio, posto que Dafne foi a óbito em decorrência das últimas lesões corporais causadas por Apolo em sede de violência doméstica.

Apolo foi preso em flagrante, em um primeiro momento, por descumprir medida protetiva de urgência, que prevê pena de detenção em caso de violação. A autoridade policial não poderá arbitrar fiança, pois a Lei Maria da Penha é aplicável ao caso e veda essa possibilidade em sede policial, limitando tal arbitramento de fiança à autoridade judiciária.

A identificação civil de Apolo deve ser realizada inicialmente com a apresentação de um documento de identificação previsto na Lei de Identificação Criminal, mas, por ele ter apresentado documento contendo informações divergentes daquelas cadastradas no banco de dados policiais, Apolo preenche os requisitos legais para ser submetido à identificação criminal mediante os métodos fotográfico e datiloscópico, como previsto na legislação.

Considerando a narrativa apresentada, a autoridade policial não pode desrespeitar direitos previstos constitucionalmente, como o direito ao silêncio e o direito de ser assistido por advogado. Nesse sentido, constata-se que a autoridade policial pode ter incorrido em crime de abuso de autoridade, no termos da Lei de Abuso de Autoridade, por insistir no interrogatório após Apolo ter requisitado a presença de um advogado de defesa.

Apontamentos sobre a resposta:

- a) É de se notar que o primeiro item da questão solicitava o apontamento dos crimes cometidos contra a vítima Dafne. Apolo cometeu, por exemplo, o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência ao violar as restrições judiciais e ir ao encontro de Dafne. Nesse tipo penal, entretanto, o sujeito passivo, primariamente, não é Dafne, mas sim a Administração da Justiça. Apesar disso, visto que Dafne pode ser secundariamente considerada como sujeito passivo, a citação desse tipo penal foi reputada correta na resposta.

- b) Ainda no primeiro item, a citação do(s) crime(s) de perseguição, do art. 147-B do Código Penal, lesão corporal seguida de morte e/ou de lesão corporal/violência doméstica foram consideradas na atribuição da pontuação;
- c) Na fundamentação do item 2, também foi considerado correto o apontamento da impossibilidade do arbitramento de fiança pela autoridade policial dado que a somatória das penas é superior a 4 anos;
- d) A citação de identificação por perfil genético, entre os métodos solicitados no item 3, foi considerada correta quando justificada nos termos da legislação, em conjunto com os processos datiloscópico e o fotográfico;
- e) Respostas que mencionaram que não houve infração penal, no item 4, que justificaram pela ausência de dolo específico e que o interrogatório nessas circunstâncias apenas o torna irregular, foram parcialmente consideradas.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
1 Conhecimento técnico-científico sobre a matéria.	<p>A questão pede que o a dissertação atenda quatro critérios cujas pontuações são abaixo discriminadas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aponta quais crimes Apolo cometeu nos quais Dafne foi a vítima: até 4 pontos; 2. Demonstra que a autoridade policial não poderia arbitrar fiança e apresenta fundamentação para tal: até 4 pontos; 3. Afirma que poderia ser realizada a identificação criminal do agressor e descreve métodos a serem utilizados para tal (datiloscópico e fotográfico), fundamentando a resposta: até 4 pontos; 4. Demonstra a ilegalidade cometida pela autoridade policial e apresenta fundamentação para tal: até 4 pontos; 	16
2 Atendimento ao tema proposto na questão.	<p>Cada critério que o candidato não colocou no conhecimento técnico-científico representará um desconto em relação ao atendimento ao tema. Assim, se o candidato deixar de atender um dos critérios (listados de 1 a 4 do item “Conhecimento técnico-científico sobre a matéria”), considerando que a nota máxima relativa ao tema é 6,0 pontos, ele receberá um desconto de 1,5 pontos para cada critério não atendido, conforme abaixo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Deixou de apontar os crimes de Apolo: desconto de até 1,5 pontos; 2. Não discutiu a questão da fiança citando o dispositivo legal relacionado: desconto de até 1,5 pontos; 3. Não aborda a identificação criminal e os métodos a serem utilizados: desconto de até 1,5 pontos; 4. Não relata a infração penal que pode ter sido cometida pela autoridade policial, com o apontamento do dispositivo legal: desconto de até 1,5 pontos; <p>Observação: a inobservância do critério constante no item 12.8.1 do edital de abertura acarretará a perda de 2/3 dos pontos atribuídos no critério “Atendimento ao tema proposto na questão”.</p>	6